

CARTAS: AINDA E SEMPRE ALTERNATIVAS PARA LEITURA NA ERA DA INTERNET

Maria Teresa Gonçalves Pereira¹

Na era da internet – com e-mail, blog, orkut, facebook, twitter, etc –, em que há facilidade e rapidez nas comunicações, parece ultrapassado falar da correspondência tradicional. Exatamente por isso torna-se oportuno promover um resgate da epistolografia, mostrando como as cartas apresentam alternativas de leitura na escola com resultados estimulantes.

Gênero literário desenvolvido principalmente a partir do século XVII com a expansão dos serviços postais, a epistolografia se estabelece como um sucedâneo da oralidade, desempenhando, desse modo, relevantes funções comunicativas.

A correspondência constitui uma das formas mais antigas, legítimas e palpitantes de expressão do ser humano. Nas Cartas, a vida explode, não se deixando camuflar; às vezes, patéticas, nos lembram da arte, da ficção. Desvelar a realidade humana é fascinante, embora a paixão estética também se torne elemento de atração.

Cartas de escritores a amigos, parentes e amantes são comuns. Cartas de amor, então, existem várias. As centenas de cartas de Victor Hugo à noiva ficaram bastante conhecidas. Quem não ouviu falar das cartas de Abelardo e Heloísa ou das de Sóror Mariana de Alcoforado? O interesse “literário” das cartas depende de quem as redige.

O filósofo grego Demétrio, em um tratado sobre as peculiaridades do “estilo” dos gêneros literários, provavelmente entre I a.C e I. d.C., afirmou que a carta “revela nossa própria alma”. Afinal, tal tipo de discurso constitui-se um reservatório de reflexões sobre nós mesmos, sobre nossos conhecidos e sobre o mundo, possibilitando o esboço de um “retrato” da nossa personalidade.

Os requisitos para o uso “correto” da correspondência modificam-se com o passar do tempo, de acordo com a transformação dos valores da sociedade. No século XIX, baseado na etiqueta francesa, o padre português J.I. Roquete publicou o *Código do Bom-Tom*, livro que apresenta o longo subtítulo: “Regras da civilidade e de bem viver no século XIX”. Um dos capítulos, intitulado “Das cartas”, empenha-se na definição das normas referentes às trocas epistolares.

Para Marco Antonio de Moraes, em *Me escreva tão logo possa*,

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Aprende-se aí a maneira ideal de compor uma mensagem, o uso das formas de tratamento e de conclusão do texto; toma-se conhecimento sobre o tom adequado a cada gênero de carta (parabéns, pêsames, recomendação, etc.) Roquete faz, inclusive, severas advertências quanto à caligrafia, afinal “as pessoas a quem escreveis não estão obrigadas a adivinhar o que lhes quereis dizer, ou a perder o seu tempo a decifrar o que lhes escreveis” e, imagine, meu caro leitor, que até o nosso tão usual (e quase obrigatório!) P.S. (o *post-scriptum*, pós-escrito) era desaconselhável na época porque poderia supor “esquecimento, ou omissão”, ou indicar “pouca atenção da parte de quem escreve”. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, diria Camões. (MORAES, 2005:17.)

Acrescenta ainda que o papel, isto é, o suporte no qual se redige uma carta, pressupõe igualmente o conhecimento de valores culturais. O livro de Roquete também informa que o papel deve estar de acordo com as pessoas, a idade, o sexo, a condição dos correspondentes.

Walter Salles, o premiado cineasta de *Central do Brasil*, filme instigante em que a correspondência organiza a trama, argumenta, em entrevista à *Folha de São Paulo*, que “muitas coisas só podem ser ditas por carta”. Para ele, “a comunicação por carta tem um tempo próprio, uma extensão particular e uma reflexividade incompatíveis com meios de comunicação frios como o e-mail”. Assim, de modo diferente da conversa telefônica, na qual somos interrompidos para o interlocutor falar, o texto de uma mensagem escrita desenvolve um pensamento ou uma argumentação do princípio ao fim. A escrita resulta, sob tal perspectiva, de reflexão maior, do encontro do sujeito com ele mesmo.

Para exemplificar, dentre tantas cartas representativas das potencialidades do gênero epistolar no Brasil, selecionei as de Monteiro Lobato. *A Barca de Gleyre* (1955), reúne a compilação da sua correspondência com Godofredo Rangel, de 1903 a 1948.

A Escusatória que precede as Cartas é significativa:

Estas cartas se salvaram, das que escrevi a Godofredo Rangel no dilatado espaço de quarenta anos. Quarenta anos do mesmo amigo e mesmo assunto, que fidelidade!... E a consequência foi se tornarem uma raríssima ‘curiosidade’. Não sei em nenhuma literatura de tão longa correspondência, sobre o mesmo assunto, entre só dois sujeitos. O gênero ‘carta’ não é literatura, é algo à margem da literatura... Porque literatura é uma atitude – é a nossa atitude diante desse monstro chamado Público, para o qual o respeito humano nos manda mentir com elegância, arte, pronomes no lugar e sem um só verbo que discorde do sujeito. O próprio gênero ‘memórias’ é uma atitude: o memorando pinta-se ali como quer ser visto pelos pósteros – até Rousseau fez assim – até Casanova. Mas cartas não... Carta é conversa com um amigo, é um duo – e é nos duos que está o mínimo de mentira humana. Ora, como da minha conversa escrita com Rangel se salvassem quase todas as cartas, tive ensejo, um dia de lê-las – e sinceramente achei que constituam uma ‘curiosidade editorial’ de bom tamanho. E que teriam interesse para o público

justamente porque ao escrevê-las nunca me passou pela mente que jamais fossem dadas a público. Mas vacilei. Dá-las ou não? Tão íntimo tudo aquilo. Tantas perversidadesinhas para com os amigos, tanta piada para cima do Nogueira – o companheiro que no fundo mais admirávamos... Além de que isso de cartas é sapato de defunto. Depois que o autor morre é que elas aparecem. Pensei, pensei, pensei. Por fim, vá lá. Tenho sérias dúvidas sobre se estou ainda vivo – e se as cartas saírem com a minha revisão de semi-vivo, apresentar-se-ão podadas de muitas inconveniências que um semi-morto já não subscreve. (LOBATO, 1955: tomo I, 17.)

Nas Cartas trata-se de tudo: literatura brasileira, clássicos universais, autores e estilos, crítica literária, reflexões filosóficas, às vezes, assuntos pessoais, amigos e “inimigos”,... mas a literatura sempre ocupa papel principal. O público brasileiro, os meios cultos, entretanto, deveriam conhecer também outras cartas dirigidas a figuras notórias em suas áreas, com as quais Lobato manteve correspondência.

Numa delas, a Artur Neiva, por exemplo, quando estava na Argentina, Lobato prova o amor desmedido ao Brasil, apesar dos ataques furibundos e cáusticos desferidos por conta de suas mazelas. “Comparo os homens a bichos de goiaba; a pátria é a goiaba e quanto mais podre melhor. Quem sai de sua terra é bicho que sai da goiaba. Pode ir, mas, passado certo tempo, começa a debater-se de saudades, daquele caldo de goiaba cor-de-rosa, em que nasceu, em que se desenvolveu e, biologicamente, é o seu *habitat* ou borralho” (*apud* Nunes, 1998, 242).

Antonio Candido acentua a necessidade de

ler este livro para compreender o Senhor Monteiro Lobato, no dinamismo de sua vida literária — homem complexo e instável, muito moderno para ser passadista, muito ligado à tradição literária para ser moderno, ponto de encontro de duas épocas e duas mentalidades, símbolo de transição da nossa literatura, exemplo de labor intelectual e de consciência literária. (CANDIDO, *apud* CAVALHEIRO. 1956: tomo 2, 141-142.)

A Barca de Gleyre representa o homem Lobato, incluindo, então, o momento da criação da literatura infantil. Nas Cartas irrompe uma filosofia da educação lobatiana. Na verdade, não são muitas as menções explícitas sobre ensino e educação e, quase sempre, irreverentes; entretanto, mesmo quando se trata de outro assunto, essas questões estão presentes. Ao lê-las com atenção, podemos percebê-las, já que a sua obra se vincula a um projeto de mudança da sociedade através da educação.

Os princípios da educação, para Lobato, se fundariam em conhecimentos transmitidos, relacionados ao campo de experiência do indivíduo, ao que lhe é próximo, familiar. Os educandos deveriam participar ativamente do processo educativo, isto é,

experimentando, fazendo eles mesmos, por meio de interações entre o professor-educador e o aluno. Examinar diretamente o fenômeno estudado constituiria garantia de um aprendizado eficiente. Se a experiência for agradável e de interesse do aluno, em vez de diminuir, pelo tempo decorrido ou pela natural distração, a atenção se manteria, prolongando-se e garantindo o sucesso, só tendendo a aumentar.

Para produzir efeito, transmite-se o conhecimento de forma simples, clara e objetiva, sem posturas pretensiosas, eliminando-se os detalhes desnecessários e indo ao ponto. O excesso de informações prejudica a apreensão. Cumpre definir com critério o momento adequado para o aluno receber tal conhecimento.

Monteiro Lobato acreditava que, ao se assenhorear de um fato ou de um conceito, convinha reforçá-lo positivamente, o que contribuiria para que a experiência se relacionasse a situações agradáveis.

Nas Cartas, insurge-se contra o absolutismo dogmático das posturas canônicas que referendam uma hierarquia infundada e corrupta. Nesta estrutura se embute a questão da autoridade, da verdade absoluta, do centramento, que exacerbam o erro e a injustiça.

Rejeita a passividade e o conformismo. A sua própria vida serve de modelo. Até os amigos não escapam a sua crítica ferina. Na literatura, os personagens “resolvem” pendências, “criam” alternativas para vencer obstáculos, o mesmo valendo para a escola. O retorno de uma experiência conduzida dessa forma instaura um clima de confiança, permitindo avanços.

Nas Cartas, Lobato mostra-se preocupado com o que as crianças liam, coisas de ordem moral ou importadas, dentro do conceito vigente de não lhes dar voz. Defendia que se identificassem com as experiências, que revelassem sua vontade, sua opinião e que, sobretudo, agissem. A escola seria o prolongamento natural das situações quotidianas. Os processos deveriam manter-se, adaptando-se, sem perder os fundamentos básicos da autonomia e da ação.

A formação de humanista liberal via no indivíduo, na inteligência, na cultura e no esforço das minorias esclarecidas, e não nos movimentos de massa, a solução para os problemas da humanidade. Descrente de revoluções, criticava a proliferação do bacharelismo e da educação elitista que, no Brasil, contribuía para o irrealismo e o parasitismo.

Patenteia-se nas obras de Lobato o desejo de instruir. O progresso se ligava à palavra escrita, ao registro permanente da experiência e das descobertas do homem.

Cassiano Nunes (1998, 248) observa que o “prestígio do livro para Lobato sempre permanece intacto, mesmo que se olhe com criticismo para a organização escolar no país”.

Desde pequeno, teve acesso à leitura diversificada, vivendo também a experiência de diferentes métodos educacionais. Lobato “se utilizava do método socrático de ensino e valorizava o aprendizado informal, já que ele próprio assim absorvera a maior e a melhor parte do seu conhecimento”, segundo Whitaker Penteado (PENTEADO, 1997: 221). Em carta de 1915, queixava-se do trauma ao ser reprovado em português por não entender nada da gramática ensinada. A escola formal é mencionada negativamente, nesta e em outras passagens.

O psicanalista Carlos Byington (1996) adverte que, na maioria das vezes, os estudantes esquecem muito do que aprendem, apesar de passar tanto tempo na escola, sustentando que isso acontece porque os sistemas educacionais privilegiam a racionalidade em detrimento das experiências práticas e concretas. Byington cita Lobato várias vezes, considerando-o precursor do que existe de mais atualizado em psicopedagogia.

Para Eliana Yunes (YUNES, 1982:26), em Lobato, “a pedagogia é o método pelo qual a ficção instala no universo infantil a dissonância crítica das convenções sociais e dos próprios modelos educacionais vigentes”. Ninguém pode negar que a literatura é o espaço privilegiado para “educar”, oferecendo um lugar para repensar o universo humano e o seu lugar no mundo. Ao pensar a literatura de diferentes maneiras, Lobato oferece material profícuo às questões educacionais, exercitando uma pedagogia muito pessoal.

Anísio Teixeira (1976), eminente educador, registrou a admiração pelos textos de Monteiro Lobato como material didático, escrevendo que, em livros “milagrosos”, revelando uma capacidade espantosa de ensino, Lobato promoveu verdadeira revolução didática, transformando-se num “mestre-escola genial”. O seu amor à liberdade, ilustrado à perfeição com o grito de “Independência ou Morte!” da Emília, em *Memórias da Emília* (1956), conjugava-se harmoniosamente com o amor à educação, como prova a correspondência com Teixeira.

Não há menção específica a um projeto educacional a ser implementado na escola, no chamado ensino “formal”. Ficam bem claras, no entanto, as ideias, as convicções a respeito nas obras de ficção, por meio de situações e de personagens e, na *Barca de Gleyre*, pelos comentários endereçados ao amigo Godofredo Rangel. Esboça-se, assim,

uma “filosofia educacional”, projetos para uma escola ideal, para um ensino eficiente, pensamentos que o entusiasmavam, o revoltavam ou o entristeciam, motivados pelos acontecimentos que testemunhava ou pelas experiências por que passava.

Dona Benta, em *Fábulas* (LOBATO, 1958:87), explica qual o segredo do Sítio: “– Pois o segredo, meu filho, é um só: liberdade. Aqui não há coleiras. A grande desgraça do mundo é a coleira. E como há coleiras espalhadas pelo mundo”. A democracia que rege o Sítio do Picapau Amarelo manifesta-se em várias passagens da obra lobatiana: Emília confessar-se “entupida de gramática”, o Visconde apontar a terra da Matemática como mais bonita que a terra da Gramática, o rinoceronte Quindim ser o palhaço do circo, apesar da sapiência gramatical, Dona Benta, uma democrata, investir-se, em determinados momentos, do papel de autoridade. A mesma liberdade de que se serviu Monteiro Lobato ao apontar a desigualdade econômica, o preconceito racial, a discriminação, a censura, o “ranço” da Academia, o machismo, o feminismo, a necessidade de se tomarem providências urgentes para resolver problemas de saúde e parasitismos dos jecas tatus.

No Sítio, a democracia implantada por Lobato permite que todos desempenhem seu papel, respeitando limitações e/ou transgredindo leis. Como na vida. E assumindo, também por isso, a consequência de seus atos. Não há caos, há liberdade, administrada por Dona Benta.

Cassiano Nunes (1998) lembra que Lobato nunca se arrogou qualidades de pedagogo; nunca se atribuiu virtudes de educador. Acreditava que a história infantil devia surgir tão natural como emanada pela própria alma infantil. A sua obra de ficção didática, que parece contradizer essa teoria, na verdade continua nela radicada. Lobato como que insere e ajusta a lição ao mundo próprio da criança.

Em carta a Mário Donato, em 24/12/1943, escreve:

Não possuo a mínima autoridade pedagógica de qualquer gênero e tudo que sei de educação se resume num conceito de Nietzsche que dá a educação como meio de arruinar a exceção em favor da regra. Apesar disso, escrevi uns livros que as crianças gostam de ler. E por que gostam as crianças de ler esses livros? Talvez pelo fato de serem escritos por elas mesmas através de mim. Como as coitadinhas não sabem escrever, admito que me pedem que o faça. Mas não que o faça como quero e sim como querem elas. (DONATO, *apud* NUNES, 1998: 232)

Vale destacar, em *Reinações de Narizinho* (1957, 72), outra passagem que reforça essa “mentalidade lobatiana”, através da fala de uma simples abelha, habitante do Capoeirão dos Tucanos Vermelhos, ao dirigir-se à Emília:

“– Não, senhora! – respondeu a abelha. Nós não temos governo, porque não precisamos de governo. Cada qual já nasce com o governo dentro de si, sabendo perfeitamente o que não deve fazer. Nesse ponto, somos perfeitas”.

A *Barca de Gleyre* devia constar do acervo dos textos utilizados pelos professores em sala de aula. As ideias de Monteiro Lobato possibilitam discussões sobre as mazelas de sua época que ainda nos afligem hoje. Estimulam atividades no bojo de qualquer aula que se pretenda dinâmica. Além das questões culturais, políticas e sociais de um país tão desigual, mas tão pleno de possibilidades, as Cartas revelam a inesgotável capacidade de luta de um homem que acreditava na transformação do mundo pelas ideias, desde que postas em prática. E da sua incrível perseverança traduzida nas tentativas.

A *Barca*, trabalhada por um professor crítico e comprometido com a causa da educação integral, resulta em material fascinante, não só de pesquisa, mas como elemento deflagrador para a construção de uma identidade. Não se pode encarar o ensino só como acúmulo de informações e de estratégias para memorizá-las. Lobato nos oferece a oportunidade de ir além, “voar”, sem perder a noção “de chão”. Se, muitas vezes, não alcançou o resultado desejado, pelo menos, lançou-se em ações para consegui-lo, nunca se omitindo porque “Viver não é sentir, parar, estacionar, deitar – é andar” (LOBATO, 1995: tomo 1, 187).

Referências

BYINGTON, Carlos Amadeu. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento do ser*. Editora Rosa dos Ventos. Rio de Janeiro, 1996.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Tomos 1 e 2. 2ª ed. revista e aumentada. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1956.

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. Tomos 1 e 2. Editora Brasiliense. São Paulo, 1955.

_____. *Fábulas*. Editora Brasiliense. 17ª ed. São Paulo, 1958.

_____. *Memórias da Emília*. Editora Brasiliense. 9ª ed. São Paulo, 1956.

_____. *Reinações de Narizinho*. Editora Brasiliense. 17ª ed. São Paulo, 1957.

MORAES, Marcos Antonio de. *Me escreva tão logo possa*. São Paulo. Editora Moderna, 2005.

NUNES, Cassiano. *Novos estudos sobre Monteiro Lobato*. Editora UnB. Brasília, 1998.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. *Os filhos de Lobato*. Dunya Editora. Rio de Janeiro, 1997.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. *Uma (re)leitura de A Barca de Gleyre: o saber e o prazer as concepções de Monteiro Lobato sobre língua e estilo*. Trabalho final de pós doutoramento. PUCRS, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. “Dedicatória”. In *Educação no Brasil*, 2ª ed. Editora Nacional. Brasília: INL, 1976.

YUNES, Eliana. *Presença de Lobato*. Editora Divulgação e Pesquisa. Rio de Janeiro, 1982.